



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9530

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Soter Magno

Data: 13/08/2019

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 99/2019. (ALTERADA). Concede o título declaratório de utilidade pública municipal à “ITC Comunidade de Interação, Treinamento e Comunhão”. (Referente à Lei nº 5.176, de 06/09/2019, que foi alterada pela Lei nº 5.201, de 26/11/2019).

Controle Interno – Caixa: 25.14

Posição: 12

Número de folhas: 05

Especie: PL
Categoria: Utilidade Pública
CX: 25.14
Ordem: 12
nº fls: 33



Nº 70/2019

03.09.2019

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei. 5.176 06/09/19

PROJETO DE LEI Nº 99/2019

AUTOR:

Ver. Sóter Magno Carmo

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a “
ITC Comunidade de Interação Treinamento e Cumunhão”.

Comunhão

MOVIMENTO

- 1 -
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

Entrada em 13/08/2019

Comissão Legislação e Justiça.

ANOVADA EM REGIME DE URGENCIA

EM. 03.09.2019



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Soter Magno Carmo

99/

PROJETO DE LEI Nº _____/2019

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de “ITC COMUNIDADE DE INTERAÇÃO, TREINAMENTO E COMUNHÃO”, inscrita no CNPJ sob o nº 28.739.823/0001-03, com sede na Rua Olímpio Dias de Abreu, 148 – Bairro Vila Luíza, neste Município de Montes Claros – MG.


Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 12 de Agosto de 2019


Soter Magno Carmo
Vice Presidente



Preservar e Proteger!

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 13 DE ABRIL DE 2019

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 03 DE SETEMBRO DE 2019
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 099/2019 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à ITC COMUNIDADE DE INTERAÇÃO, TREINAMENTO E COMUNHÃO”, de Autoria do Vereador Soter Magno Carmo.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sobre comento tem por objetivo conceder título declaratório de utilidade pública à ITC Comunidade de Interação, Treinamento e Comunhão.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 14 de agosto de 2019.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 99/2019

AUTOR: Ver. Soter Magno Carmo

MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a ITC Comunidade de Interação Treinamento e Comunhão.”

I – RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 13/08/2019 com entrada na Sala das Comissões no dia 15/08/2019.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo conceder título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a ITC Comunidade de Interação Treinamento e Comunhão.

Nos termos do art. 2º do estatuto, a referida entidade tem, dentre outras a seguinte finalidade, promoção da assistência social, promoção gratuita da saúde, educação, cursos profissionalizantes, lazer, observando-se a forma complementar de participação e a promoção da cultura, contribuindo para o exercício da cidadania.

Nos termos da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, é competência do Município legislar de matéria que trata de assunto de interesse local, portanto, a proposição não incide em vício de e atende os requisitos legais previstos em lei.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2019

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice-Presidente : Ver. Maria Helena de Quadros Lopes

Relator: Ver. Wanderley Ferreira de Oliveira: